

PRONUNCIAMENTO DE RECONDUÇÃO ATRICON

BIÊNIO 2026-2027

Feitas as saudações, permitam-me agradecer, antes de tudo, a esta Casa que nos acolhe e dá a este ato a sua moldura institucional. Minha deferência especial ao **Tribunal de Contas da União** — pela grandeza simbólica desta Casa, que por gerações ajuda a dar forma, medida e responsabilidade à República. Receba meu agradecimento sincero pela acolhida e pela honra de aqui podermos celebrar, juntos, o compromisso **com a boa governança** e **com o interesse público**.

Registro minha gratidão às **entidades** parceiras e às **instituições** coirmãs que caminham conosco e conferem densidade e capilaridade ao Sistema:

Ao Instituto Rui Barbosa (IRB),

ao **Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas**,

à **Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios** (ABRACOM);

à **Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas** (AUDICON);

e à **Associação Nacional do Ministério Público de Contas** (AMPCON).

E, antes que avance nas ideias e no horizonte deste novo ciclo, **faço um agradecimento justo e necessário** à nossa própria Casa.

Agradeço aos **Vice-Presidentes e aos integrantes da Diretoria da Atricon** que, no biênio que se encerra, sustentaram este projeto com lealdade institucional, presença ativa, inteligência prática e espírito de construção. Foram pilares de coesão, de método e de entrega: contribuíram para transformar decisões em execução, e execução em legado.

Aos que se juntam à Presidência para o novo biênio, registro desde já a alegria e a confiança: chegam para **somar energia, ampliar escuta, fortalecer pontes** e elevar ainda mais o padrão do que a Atricon pode oferecer ao país.

E, porque nenhuma história institucional começa no presente, registro também minha eterna gratidão aos que me **antecederam na Presidência**: os Conselheiros Cezar Miola, Fabio Tulio Filgueiras Nogueira, Valdecir Fernandes Pascoal, Antônio Joaquim Moraes,

Salomão Ribas Junior, Victor José Faccione, Carlos Pina, Flavio Regis Xavier de Moura Castro e Frederico Augusto Bastos. Cada um, a seu tempo acrescentou uma camada de solidez, credibilidade e propósito à Atricon – e é esse legado, já inscrito na história, que nos permite reconduzir projetos, elevar ambições e seguir adiante com responsabilidade republicana.

Senhoras e senhores,

Permitam-me registrar, desde já, um **reconhecimento** que não é apenas protocolar, mas essencial: às **equipes de controle externo, tecnologia, comunicação, planejamento, gestão e apoio**—homens e mulheres da República. Muitas vezes, o público vê o resultado – mas não vê o bastidor. E é o bastidor que sustenta o cotidiano das nossas instituições e transforma princípio em prática.

Faço um agradecimento especial ao meu Tribunal de origem, o **Tribunal de Contas do Estado de Rondônia**, que me formou na vida pública e me ensinou que a boa técnica deve caminhar ao lado da prudência e da coragem; e registro, com elevada consideração, uma menção ao meu Presidente, **Conselheiro Wilber Carlos dos Santos Coimbra**, pela liderança firme e pelo permanente apoio institucional.

Agradeço, com estima, **à academia e a seus pesquisadores**, que trazem a luz da reflexão qualificada ao debate público; e à imprensa, que promove a transparência e estreita a distância entre as instituições e a sociedade.

Agradeço, ainda de modo muito especial, as **cidadãs e aos cidadãos** que nos acompanham. Porque, no fim, é a vocês que todos devemos prestar contas – não apenas de números, mas de sentido; não apenas de formas, mas de resultados.

A **Deus**, rendo toda a minha gratidão. Não como fórmula, mas como fundamento: é **d’Ele** que vem a força quando falta, o discernimento quando pesa e a coragem de permanecer no rumo certo, mesmo quando o vento sopra contra. E é **n’Ele** que firmo o prumo desta caminhada.

E, com a delicadeza possível neste momento, agradeço à minha família – **Carla e Camila** – meu alicerce silencioso e indispensável. E peço apenas que sigam comigo, para que, entre a técnica e o processo, a **dimensão humana** do trabalho seja sempre a **primeira** e a **última** medida.

REFLEXÕES E COMPROMISSOS

Senhoras e senhores, queridos ouvintes,

Voltar a esta tribuna, reconduzido à presidência da Atricon para o biênio 2026-2027, não é, para mim, um gesto meramente formal. É, antes de tudo, um chamado à verdade: a verdade sobre o tempo que vivemos, sobre a responsabilidade que assumimos e sobre o país que precisamos ajudar a construir – com consciência, memória e humildade.

Permitam-me começar com uma imagem simples — não para ornamentar estas palavras, mas para orientar o sentido.

Na antiga Roma, quando se cruzava a passagem para um novo ano ou a soleira de uma nova casa, invocava-se Janus, o deus de duas faces: uma voltada para o caminho percorrido e, a outra, que contempla o horizonte ainda velado.

Janus não é o deus da ruptura, mas da transição; não da negação, mas da síntese. Ele personifica a sabedoria de compreender que todo futuro é, em essência, um diálogo com o passado.

É sob essa imagem que me apresento hoje: não para inaugurar um “marco zero”, mas para atravessar um portal — honrar a solidez do que já foi construído ao longo da história da Atricon e abraçar, com coragem e discernimento, os desafios do porvir.

Nesta Casa – tão intimamente ligada à memória republicana de Rui Barbosa – renovamos o nosso compromisso com o dever e a responsabilidade, em fidelidade à Constituição e ao ideal republicano.

Assumo a Presidência da Atricon para o biênio 2026–2027 com uma convicção simples: o segundo mandato é um chamado para ir além. Porque, quando a confiança é renovada, renova-se também a obrigação de honrá-la.

E porque a continuidade, para ser digna desse nome, não pode ser inércia: precisa ser aperfeiçoamento, precisa ser coragem tranquila de corrigir rotas, e maturidade para preservar o que é essencial.

Ao **iniciar esta nova etapa**, reconheço o que foi construído. O biênio que se encerra foi movido por uma ideia que fez diferença no modo como nos organizamos e no modo como nos apresentamos ao país: **unidade com propósito**.

Ela nos ajudou a entender que o Sistema Tribunais de Contas **não se fortalece** por somas isoladas, **mas** por convergência. E essa convergência se materializou em **projetos estruturantes**, em **redes colaborativas** mais vivas e em uma **cultura de integração** mais concreta.

Nada disso aconteceu no vazio. Aconteceu porque enfrentamos **desafios reais**, inclusive fora das nossas paredes. **Defendemos** prerrogativas, **preservamos** autonomia institucional, **buscamos** o diálogo necessário onde ele era possível **e a** firmeza necessária onde ela se impunha.

E, em um país que redesenha suas bases fiscais e federativas, **trabalhamos** para que os Tribunais de Contas estivessem no lugar certo: onde as decisões estruturais acontecem, como no debate sobre a **governança do novo sistema tributário**. Isso é zelo com a República — e zelo com o futuro.

A **propósito**, a **Reforma Tributária** entra, a partir de 2026, em sua fase prática, com impactos estruturais sobre a arrecadação e sobre a gestão fiscal dos entes federados, em um longo período de transição. E, nesse contexto, recai sobre os Tribunais de Contas uma **responsabilidade institucional** de **primeira grandeza**.

Não apenas pelo dever constitucional de fiscalizar a receita pública e observar os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal quanto à renúncia de receitas, mas por **uma atribuição ainda mais decisiva**: o artigo 40 da Lei Complementar nº 227, de 2026, determina que os Tribunais de Contas do Brasil, em **atuação colegiada**, exercerão o controle externo do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, o IBS.

Trata-se, portanto, de uma **missão inédita**, de **caráter nacional**, **compartilhada** e **coordenada** — não como faculdade, mas como **dever** e **competência institucional** que o próprio ordenamento nos confia. Cumpre-nos exercê-la com eficiência, justiça e equilíbrio, à altura das boas práticas que já caracterizam o Controle Externo brasileiro.

E esse êxito exigirá cooperação real.

Registro, com **reconhecimento**, que desde 2024 as **entidades do Sistema** já estruturam esse trabalho por meio de Grupo de Trabalho coordenado pelo Conselheiro Domingos Taufner, do TCE do Espírito Santo.

Conclamo, com respeito e firmeza, os Presidentes dos Tribunais de Contas e todos os que integram nossas instituições — Conselheiros(as), Conselheiros Substitutos(as), membros do Ministério Público de Contas e Auditores de Controle Externo(as) — a prestarem o **apoio necessário** a esse projeto, que reafirma a confiança nas Cortes de Contas como garantidoras da responsabilidade fiscal, da boa governança e do equilíbrio federativo.

A transição tributária, por si só, já nos coloca diante de um país que muda por dentro em regras, fluxos, riscos e responsabilidades. E, como consequência natural, **é preciso dizer com simplicidade**: o mundo mudou — e continuará mudando.

Mudou a forma como a informação circula; mudaram os riscos para a democracia; mudaram as tecnologias que governam decisões; mudaram as pressões fiscais; mudaram as expectativas sociais em relação ao Estado; e mudaram as urgências humanas e ambientais do nosso tempo.

E quando o mundo muda, as **instituições têm apenas duas escolhas**: ou se reinventam com fidelidade à sua missão, ou se tornam peças de museu — respeitáveis, mas periféricas.

Nesse cenário, proponho a condução deste biênio com **três compromissos** que não são apenas conceitos – são deveres práticos: confiança, democracia substancial e consequencialismo responsável.

A primeira palavra é confiança.

Talvez a **maior tarefa institucional do nosso tempo** seja reconstruir um bem que anda escasso: confiança. E confiança pública não se exige. Não se decreta. A confiança se constrói – com coerência, com presença, com linguagem clara, com transparência útil e com decisões tecnicamente robustas e humanamente compreensíveis.

E aqui eu faço um ponto que considero decisivo: não há confiança quando a instituição parece distante; quando fala apenas para si mesma; quando o cidadão não entende; quando o gestor bem-intencionado se sente abandonado no labirinto normativo; quando o

controle é percebido como um fim em si, e não como instrumento para melhorar a vida real.

Confiança, para nós, precisa significar **aproximação**. Precisa significar **escuta qualificada**. Precisa significar **previsibilidade**. Precisa significar **orientação** quando a complexidade confunde – e **firmeza republicana** quando a má-fé insiste.

Eu assumo este novo biênio com essa visão: menos distância e mais presença; menos liturgia e mais serviço; menos dispersão e mais foco; menos discurso para dentro e mais resultado para fora.

E não falo isso como crítica ao que foi feito. Falo como evolução natural de quem aprendeu, na prática, que a força do Sistema não está em gestos isolados, mas na capacidade de agir como rede, como conjunto, como unidade que respeita diferenças e transforma diferenças em potência.

Mas — e isso é decisivo — **nenhum Sistema faz isso sem pessoas**. É por isso que, ao aceitar a recondução, **renovo** também **um pacto de estilo e de postura**: ouvir mais, integrar mais, trabalhar sempre, comunicar melhor e entregar com mais consistência. **Com firmeza** quando preciso; **com diálogo** sempre que possível; **com responsabilidade** o tempo todo.

Senhoras e senhores,

A segunda palavra é democracia substancial.

Democracia não é apenas rito. Não é apenas forma. Não é uma métrica contábil. A Democracia no sentido mais profundo é a **medida da dignidade humana** que o Estado **promete garantir**. Democracia é o direito entregue: é a qualidade do gasto com saúde, segurança, infraestrutura e meio ambiente, é a escola que ensina; é a política social que protege; é a obra que não vira ruína; é o cuidado que chega a tempo.

Por isso, quando falamos em **controle externo exercido pelos Tribunais de Contas**, não falamos de uma atividade periférica. Falamos de um serviço público com **impacto direto** na **dignidade humana**.

A qualidade do gasto público **não é um tema técnico: é antes de tudo, um tema moral.** É ali que **se mede** se a **promessa constitucional** virou realidade – ou se ficou na letra fria da norma e do discurso.

E há uma frase que eu repito para mim mesmo, sempre que a rotina ameaça transformar o essencial em automático: **o recurso público tem rosto.** E é por isso que precisamos ser, cada vez mais, **instrumentos de uma democracia substancial.** Uma democracia em que o resultado não é um detalhe, mas um compromisso.

A terceira palavra é consequencialismo – e faço questão de qualificá-la: **consequencialismo responsável.**

Eu **não** falo aqui de relativizar a legalidade, **nem** de enfraquecer o dever de responsabilização. **Ao contrário.** **Falo** de aumentar a efetividade do controle. **Falo** de olhar para as **consequências reais** das nossas decisões, das nossas recomendações, dos nossos processos e do nosso tempo.

Porque há um risco que precisamos enfrentar com honestidade: o risco de um controle que se satisfaz em descrever problemas, mas chega tarde demais para evitá-los. O risco de uma atuação que se prende à liturgia e perde o cidadão. O risco de uma linguagem que convence, mas não transforma a realidade.

Consequencialismo responsável é, portanto, escolher um controle que **dialoga** sem ser complacente. Que **orienta** sem ser ingênuo. Que **previne** sem renunciar à firmeza. Que **responsabiliza** com rigor quando houver dolo, fraude, reincidência – e que **corrige** com inteligência quando houver erro honesto, incerteza técnica ou complexidade normativa.

Esse é o **equilíbrio** que precisamos perseguir: legalidade com efetividade; rigor com justiça e forma com resultado.

E para alcançar esse equilíbrio, precisamos reconhecer algo simples: nenhuma instituição é melhor do que as pessoas que a fazem existir. Não há sistema que funcione sem gente. E não há gente que sustente excelência sem cultura institucional, sem método, sem cooperação e missão.

Preservar a missão, porém, não significa repetir as formas. E aqui, me permito evocar uma velha lição¹:

(abro aspas)“**A tradição não é o culto das cinzas, mas a preservação do fogo.**” (fecho aspas)

Ela nos serve por dois motivos. **Primeiro**, porque nos afasta de qualquer nostalgia: não estamos aqui para repetir formas. **Segundo**, porque nos obriga à essência: preservar o fogo é manter vivo os valores e traduzir esses valores para as exigências do presente.

Preservar o fogo, neste biênio, significa aprofundar uma cultura de impacto.

Preservar o fogo significa olhar para os temas estruturantes do país com a seriedade que eles exigem: a transição tributária, os riscos e as vulnerabilidades federativas, a governança fiscal, a sustentabilidade previdenciária, as políticas de educação, saúde, segurança, bem como as urgências ambientais e humanas.

E, ao mesmo tempo, **preservar o fogo** significa reconhecer o papel da tecnologia no nosso tempo – como instrumento, não como um substituto.

Dados, automação e inteligência artificial podem ampliar capacidades, identificar riscos, aprimorar análises e dar velocidade ao que hoje é moroso. Mas a tecnologia, **para servir ao interesse público, precisa de princípios claros**: supervisão humana, transparência, auditabilidade e mitigação de tendências e distorções. **Inovação** não pode ser um atalho para a **opacidade**. **Modernidade** não pode ser um **nome novo** para o **velho erro**.

CONCLUINDO....

Que, ao final do novo biênio, possamos dizer que **fortalecemos a confiança** não por frases, mas por práticas.

Que **defendemos a democracia** não apenas por convicção, mas por entregas.

Que **exercemos o controle externo** não como uma torre, mas como uma ponte: entre a norma e a vida; entre o orçamento e o direito; entre as instituições e o cidadão.

Meus amigos e minhas amigas, prezados ouvintes,

¹ A frase é de Gustav Mahler (1860-1911), compositor e maestro nascido na região da Boêmia, então parte do Império Austro-húngaro, hoje República Tcheca. https://pt.wikipedia.org/wiki/Gustav_Mahler.

Há uma passagem bíblica em que Neemias reconstrói os muros de Jerusalém. E há um detalhe que sempre me impressiona: o muro não foi erguido por um herói solitário, **mas por um povo inteiro**, cada um reconstruindo diante da sua própria casa, porque **mantiveram vivo o sentido do que faziam**: não era apenas pedra sobre pedra, era a proteção de uma comunidade inteira.

É uma imagem poderosa para nós.

Porque o Brasil que queremos não se levantará por discurso. Ele se levantará por **cooperação**. Por **responsabilidade compartilhada**. Por instituições que não competem por protagonismo, mas se **unem por propósito**. Por mulheres e homens da República que decidem, todos os dias, **fazer o certo** – mesmo quando é mais difícil, mesmo quando não há aplausos.

O tempo — esse juiz silencioso — tem uma pedagogia própria. Ele não se comove com intenções; ele cobra resultados, coerência e retidão.

É isso que eu desejo para a Atricon e para o Sistema Tribunais de Contas neste novo biênio: **que o nosso trabalho tenha o tamanho da vida real do brasileiro**. Que a nossa **técnica** continue sendo referência, mas que ela venha acompanhada de **sensibilidade** para enxergar o que, os números, às vezes, não revelam.

Que sejamos lembrados por mais transparência.

Por mais integridade.

Por mais cooperação.

Por mais eficiência.

Por mais justiça.

E **quando chegarmos ao fim deste ciclo**, que possamos olhar para trás e dizer, com simplicidade e verdade, **que a Atricon esteve à altura do seu tempo e do seu povo**.

Muito obrigado pela confiança. Que este biênio nos encontre **unidos, lúcidos e inquietos** — e que, ao final dele, **possamos atravessar novamente este portal, como Janus**: com uma face voltada para um **caminho bem construído**, e outra face **voltada para um futuro mais seguro, mais justo e mais digno para o Brasil**.

Muito obrigado e que Deus nos abençoe!